

Seção IX
Da Ajuda de Custo

Art. 89. Ao Auditor de Finanças do Estado, por ocasião da lotação inicial, de promoção ou de remoção compulsória, será paga uma ajuda de custo destinada ao ressarcimento de despesas de viagem, mudança e instalação no valor correspondente aos vencimentos do cargo que deva assumir.

§ 1.º Na hipótese de não haver mudança no domicílio do Auditor de Finanças do Estado, não será paga a ajuda de custo.

§ 2.º A ajuda de custo será paga antes da mudança do Auditor de Finanças do Estado, e restituída, devidamente atualizada, caso a mudança não se efetive.

Seção X
Do Auxílio-Moradia

Art. 90. Ao Auditor de Finanças do Estado designado para ter exercício fora do Estado será pago auxílio-moradia com a função de ressarcimento de despesa com aluguel de residência, a ser fixado em lei, não excedente a 15% (quinze por cento) dos vencimentos da Classe E do cargo.

Seção XI
Do Abono Familiar

Art. 91. Ao Auditor de Finanças do Estado ativo ou inativo será concedido abono familiar nos termos do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

Seção XII
Do Auxílio-Funeral

Art. 92. Ao cônjuge sobrevivente ou companheiro, ou em sua falta, aos herdeiros do Auditor de Finanças do Estado, ainda que aposentado ou em disponibilidade, será pago auxílio-funeral por ocasião do óbito, equivalente aos vencimentos do cargo titulado ou daquele em que se deu a inativação.

Parágrafo único. Aquele que, na falta das pessoas enumeradas no "caput", houver custeado o funeral do Auditor de Finanças do Estado será indenizado da despesa comprovada, limitada ao montante a que se refere este artigo.

Seção XIII
Da Gratificação de Permanência em Serviço

Art. 93. Ao Auditor de Finanças do Estado que adquirir direito à aposentadoria voluntária com proventos integrais e cuja permanência no desempenho de suas funções for julgada conveniente e oportuna para o serviço público poderá ser deferida, por ato do Governador, uma gratificação especial de 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico.

Parágrafo único. A gratificação de que trata este artigo, que tem natureza precária e transitória, será deferida por período máximo de 2 (dois) anos, sendo admitidas renovações por igual período, mediante iniciativa da chefia imediata do Auditor de Finanças do Estado e juízo de conveniência e oportunidade do Governador.

Seção XIV
Da Pensão

Art. 94. Aos dependentes do Auditor de Finanças do Estado que vier a falecer é assegurada pensão na forma da Lei.

CAPÍTULO XIX
DAS VANTAGENS NÃO PECUNIÁRIAS

Art. 95. Aos Auditores de Finanças do Estado são asseguradas as seguintes vantagens não pecuniárias:

- I - férias;
- II - licença para tratamento de saúde;
- III - licença por acidente em serviço;
- IV - licença à gestante, à adotante e à paternidade;
- V - licença para concorrer a mandato público eletivo;
- VI - licença para exercer mandato público eletivo;
- VII - licença especial para fins de aposentadoria;
- VIII - licença para o desempenho de mandato classista;
- IX - licença por motivo de doença em pessoa da família;
- X - licença-prêmio;
- XI - licença para tratar de interesses particulares;
- XII - licença para qualificação profissional;
- XIII - licença para casamento ou por luto;
- XIV - licença para acompanhar o cônjuge ou companheiro;
- XV - assistência a filho portador de necessidades especiais.

Seção I
Das Férias

Art. 96. Os Auditores de Finanças do Estado gozarão, anualmente, 30 (trinta) dias de férias individuais, de acordo com a escala aprovada pelas respectivas chefias.

§ 1.º É facultado o gozo de férias em 2 (dois) períodos, não inferiores a 10 (dez) dias consecutivos.

§ 2.º Na organização da escala, as chefias conciliarão as exigências do serviço com os interesses dos Auditores de Finanças do Estado.

§ 3.º As férias dos Auditores de Finanças do Estado poderão ser interrompidas por necessidade de serviço.

§ 4.º Somente após o primeiro ano de exercício, adquirirão os Auditores de Finanças do Estado direito a férias.

Art. 97. Ao entrar no gozo de férias e ao reassumir o exercício de seu cargo, o Auditor de Finanças do Estado comunicará à chefia.

Parágrafo único. Na comunicação do início das férias, deverá constar o endereço onde poderá ser encontrado.

Seção II
Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 98. A licença para tratamento de saúde será concedida ao Auditor de Finanças do Estado na forma do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

Seção III
Da Licença por Acidente em Serviço

Art. 99. O Auditor de Finanças do Estado acidentado em serviço será licenciado com vencimentos integrais, na forma do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul.

Seção IV
Da Licença à Gestante, à Adotante e à Paternidade

Art. 100. À Auditora de Finanças do Estado gestante será concedida, mediante inspeção médica, licença de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a Auditora de Finanças do Estado reassumirá o exercício do cargo, salvo determinação médica em contrário.

Art. 101. À Auditora de Finanças do Estado adotante será deferida licença a partir da concessão do termo de guarda, ou da adoção, sem prejuízo da remuneração, proporcional à idade do adotado:

- I - de 0 (zero) a 2 (dois) anos, 180 (cento e oitenta) dias;
- II - de mais de 2 (dois) até 4 (quatro) anos, 150 (cento e cinquenta) dias;
- III - de mais de 4 (quatro) até 6 (seis) anos, 120 (cento e vinte) dias;
- IV - de mais de 6 (seis) anos, desde que menor, 90 (noventa) dias.

Art. 102. Pelo nascimento ou adoção de filho, desde que menor de idade, o Auditor de Finanças do Estado terá direito à licença paternidade de 15 (quinze) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

Seção V
Da Licença para Concorrer a Mandato Público Eletivo e para seu Exercício

Art. 103. O Auditor de Finanças do Estado que concorrer a mandato público eletivo será licenciado na forma da legislação eleitoral.

Art. 104. Eleito, o Auditor de Finanças do Estado ficará afastado do exercício do cargo a partir da posse.

Art. 105. Ao Auditor de Finanças do Estado investido em mandato público eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;
- II - investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- III - investido no mandato de vereador:
 - a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens do seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
 - b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 1.º No caso de afastamento do cargo, o Auditor de Finanças do Estado continuará contribuindo para o órgão da previdência e assistência do Estado, como se em exercício estivesse, contando o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento.

§ 2.º O Auditor de Finanças do Estado investido em mandato público eletivo não poderá ser removido de ofício para sede diversa daquela onde exerce o mandato.

Seção VI
Da Licença Especial para Fins de Aposentadoria

Art. 106. Decorridos 30 (trinta) dias da data em que tiver sido protocolado o requerimento da aposentadoria, o Auditor de Finanças do Estado será considerado em licença especial remunerada, podendo afastar-se do exercício de suas atividades, salvo se antes tiver sido cientificado do indeferimento do pedido.

§ 1.º O pedido de aposentadoria de que trata este artigo somente será considerado após terem sido averbados todos os tempos computáveis para esse fim.

§ 2.º O período de duração desta licença será considerado como tempo de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

Seção VII
Da Licença para o Desempenho de Mandato Classista

Art. 107. É assegurado ao Auditor de Finanças do Estado o direito à licença para o desempenho de mandato classista, com a remuneração do respectivo cargo, sendo considerado de efetivo exercício o afastamento, exceto para efeito de promoção por merecimento.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo será concedida nos casos e termos da lei.

Seção VIII
Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 108. O Auditor de Finanças do Estado poderá obter licença por motivo de doença em ascendente, descendente, cônjuge, companheiro, enteado, irmão, menor sob guarda ou tutela e incapaz sob curatela, desde que indispensável sua assistência pessoal e permanente ao enfermo e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

Art. 109. O Secretário de Estado da Fazenda concederá a licença à vista do laudo de inspeção de saúde expedido pelo órgão estadual competente e das informações prestadas pelo Auditor de Finanças do Estado.